

CURRICULUM VITAE

1. Informações Pessoais:

Nome: Francisco Wildo Lacerda Dantas
Sexo: Masculino
Filiação: José Augusto Dantas
Maria Morais de Lacerda Dantas
Nascimento: 05 de julho de 1945
Localidade: Ipiaú — Bahia
Profissões: Desembargador Federal e Professor Associado Aposentado da Universidade Federal de Alagoas – UFAL
E-mails: fwdantas@trf5.jus.br e fwdantas@uol.com.br
Estado civil: Casado
Cônjuge: Ana Florinda Mendonça da Silva Dantas

2. Cargos e Funções Atuais:

2.1 - Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (biênio 2013/2015);

2.2 - Professor Doutor e colaborador do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito de Alagoas na Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

3. Formação

3.1. Curso Elementar:

1951—1954: Escolas Reunidas Luís Anselmo da Fonseca Jacobina — Bahia.

3.2. Curso Secundário (1º Grau):

1956—1960: Ginásio Estadual Diocleciano Barbosa de Castro Jacobina — Bahia;

1961: Colégio Sagrado Coração de Jesus (Irmãos Maristas) Senhor do Bonfim — Bahia.

3.3. Curso Secundário (2º Grau):

1962: Curso Científico no Colégio da Polícia Militar Salvador — Bahia;

1963—1966: Curso de Formação de Oficiais, na Academia da Polícia Militar Salvador — Bahia.

3.4. *Cursos Superiores:*

1968—1971: Licenciatura Plena em Letras com Inglês pelo Instituto de Letras da Universidade Católica (Salvador — Bahia);

1972—1975: Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica (Salvador — Bahia).

4. *Outros Cursos, Pós-Graduação, Seminários, etc.*

4.1. *Outros Cursos:*

1970: Curso Geral de Polícia — International Police Academy

Duração: 04 meses

Local: Washington — DC;

1970: Curso Especial de Trânsito — International Police Academy

Duração: 02 meses

Local: Washington — DC;

1976—1977: Formação Policial de Delegado de Polícia

Duração: 06 meses

Local: Academia da Polícia Civil — ACADEPOL

Salvador — Bahia.

4.2. *Pós-Graduação:*

1978—1979: Mestrado em Direito

Faculdade de Direito da UFBA

Tese aprovada sobre o tema “Usufruto de Empresa”;

1984—1985: Curso de Especialização em Processo

Ministrado pelo Prof. Calmon de Passos

Faculdade de Direito da UFBA — **Inconcluso;**

1996—1997 Curso de Especialização *Lato Sensu* em Direito Processual Civil;

1997 – Curso de Especialização em Direito Processual Civil

Convênio entre o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Universidade de Brasília

Carga horária 360 horas;

1998 – 1999 – Curso de Doutorado em Direito

Faculdade de Direito de Lisboa – FDL

Título: Contributo ao estudo da evolução da tutela jurisdicional no Brasil (Do Poder Moderador ao Poder Reformador);

2004 – Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa – FDL, da Universidade de Lisboa.

4.3. *Seminários:*

1978: Seminário Fase I — Sistema de Desenvolvimento Gerencial — CENID

Convênio com as Faculdades Integradas Estácio de Sá
Salvador — Bahia

Carga horária: 20 horas;

1979: Seminário “Cubo G” — Fase II — Sistema de Desenvolvimento Gerencial — CENID

Convênio com as Faculdades Integradas Estácio de Sá

Carga horária: 20 horas.

5. *Títulos, Concursos, Funções e Distinções:*

5.1 - Cidadão Honorário da Cidade de Maceió, concedido, por unanimidade, pela Câmara de Vereadores de Maceió, em reconhecimento aos serviços prestados;

5.2 - Cidadão Honorário de Alagoas, título concedido, por unanimidade, em reconhecimento aos serviços prestados no âmbito da justiça Federal da 5ª Região e como Mestre em Direito na Universidade Federal de Alagoas, através da Lei nº 6.380, de 4 de julho de 2003;

5.3 - Juiz Federal, Titular da 1ª Vara da Seção Judiciária de Alagoas;

5.4 - Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Alagoas
Períodos em que exerceu a função:

07/01/1985 a 06/01/1986

07/01/1988 a 06/01/1990

07/01/1992 a 06/01/1993

07/01/1996 a 06/01/1997

07/01/2001 a 06/01/2002

07/01/2002 a 06/01/2003;

5.5 - Corregedor Regional Eleitoral do TRE/AL

02/1985 a 2/03/1989 — 1º período

22/02/1994 a 22/02/1996 — 2º período;

5.6 - Professor contratado de Direito Civil e Processual Civil do Centro de Ensino Superior de Maceió – CESMAC;

5.7 - 1º lugar no Curso de Formação de Oficiais da PM do Estado da Bahia;

5.8 - 2º lugar no Concurso para o cargo de Delegado de Polícia Civil — Bahia;

5.9 - 2º lugar no Curso de Formação de Delegado de Polícia Civil — Bahia;

5.10 - Aprovado em concurso público para o cargo de Professor do ensino médio da Secretaria de Educação da Bahia, nas matérias Português e Inglês;

5.11 - Aprovado no Concurso para o cargo de Juiz Federal;

5.12 - Aprovado em 1º lugar, no Concurso para o cargo de Auxiliar de Ensino da Faculdade de Direito de Alagoas — 1988;

- 5.13 - Candidato único aprovado no concurso para o cargo de Prof. Assistente da Universidade Federal de Alagoas — 1989;
- 5.14 - Bacharel em Direito pela UCSal – 1978;
- 5.15 - Licenciado em Letras com Inglês, pelo Instituto de Letras da UCSal;
- 5.16 - Mestre em Direito – área de concentração em direito econômico, pela Faculdade de Direito da UFBA – 1984;
- 5.17 - Professor de Português;
- 5.18 - Professor de Inglês;
- 5.19 - Professor de Processo Civil, na Faculdade de Direito da UCSal;
- 5.20 - Professor de Legislação, na Escola de Engenharia — UCSal;
- 5.21 - Ex-Delegado de Polícia de Carreira, classe “B”, nível 07, SSP/BA;
- 5.22 - Ex-Coordenador de Recrutamento e Seleção da Academia da Polícia Civil da Bahia — ACADEPOL;
- 5.23 - Ex-Chefe da Seção de Expediente da Casa Militar do Governador — Bahia;
- 5.24 - Ex-Sub-Chefe da Assistência Militar do Vice-Governador — Bahia;
- 5.25 - Ex-Chefe da Seção de Ligação e da Seção de Administração Geral da Casa Militar do Governador — Bahia;
- 5.26 - Capitão da Reserva não Remunerada da Polícia Militar da Bahia;
- 5.27 - Ex-Secretário da Administração e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal do Salvador — Bahia;
- 5.28 - Ex-Professor contratado de Direito Civil e Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Maceió (FADIMA);
- 5.29 - Ensinou, como Prof. Assistente, as disciplinas Direito Romano e Direito Econômico, na Faculdade de Direito de Alagoas da Universidade Federal de Alagoas;
- 5.30 - Professor Associado Aposentado, nível 04, na Universidade Federal de Alagoas, na cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Alagoas;
- 5.31 – Corregedor Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no biênio 2007/2008;
- 5.32 – Agraciado com a “Medalha do Pacificador” outorgada pelo Comandante do Exército em face dos serviços prestados ao Exército Brasileiro, em 25 de agosto de 2008;
- 5.33 - Comenda Pontes de Miranda oferecida pela Câmara Municipal de Maceió, em agosto de 2010, a juristas alagoanos com destacada atuação profissional em prol da cidadania;
- 5.34 - Diploma “Colaborador Emérito do Exército” conferido pelo Comandante Militar do Nordeste em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Exército Brasileiro, em 19 de abril de 2011;

5.35 - Agraciado com a "Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca", concedida pelo Estado de Alagoas, através do governador Teotonio Vilela Filho, durante cerimônia realizada no Memorial da República, em Maceió, no dia 15 de novembro de 2013.

6. *Participação em Bancas Examinadoras de Concurso Público:*

6.1 - Examinador de Bancas de Concurso para Admissão de cadetes da Polícia Militar da Bahia;

6.2 - Examinador de Bancas de concurso para a Escola de Aperfeiçoamento de Graduados da Polícia Militar da Bahia;

6.3 - Presidente da Banca de Provas Escritas de Conhecimento Jurídico e de Títulos do Concurso Público de Consultor Jurídico dos Serviços de Consultoria Jurídica do Estado de Alagoas — Março/abril 1988;

6.4 - Participação como representante da UFAL, na Banca de Exame do Concurso para provimento do cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Região;

6.5 - Participação como membro da Banca Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 19ª Região — Anos de 1993, 1994 e 1995;

6.6 - Presidente da Banca Examinadora Concurso Público para os cargos de Assistente Jurídico e Advogado da UFAL - Agosto a Dezembro de 1995;

6.7 - Presidente da Banca de Examinadora do Concurso Público para o cargo de Professor Substituto de Direito Penal - Setembro de 1997;

6.8 - Membro da Banca de Exame do Concurso para provimento do cargo de Juiz Federal Substituto da 5ª Região, Dezembro de 2005.

7. *Conferências, Palestras e Seminários:*

7.1) Simpósio “Constituição e Poder Judiciário”, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF da 5ª Região – e a Seção Judiciária de Alagoas.

Tema: Controle de Constitucionalidade: ADIN E ADC

Auditório da Seção Judiciária de Alagoas – 6 e 7 de dezembro de 1993

Expositor: Hugo de Brito Machado

Debatedor: Francisco Wildo Lacerda Dantas;

7.2) Seminário Alagoano sobre os Princípios e Institutos do Direito Processual Civil no Processo de Execução, no Curso de Atualização em Processo Civil promovido pela OAB-AL e Associação dos Procuradores do Estado de Alagoas

Auditório da OAB em Maceió – Alagoas - Agosto de 1995;

7.3) Curso de Atualização em Direito Eleitoral

Tema: Recursos Eleitorais

Promoção: OAB e Centro Acadêmico de Direito da UFAL.

Local: Auditório da OAB em Maceió Alagoas - Setembro de 1994;

7.4) Curso de Extensão “O Consumidor e seus Direitos”.

Tema: Lineamentos Jurídicos da Empresa e o Código do Consumidor

Organização: Departamento de Direito da UFAL

Auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFAL, Outubro de 1990;

7.5) A Empresa e o Direito

Palestra promovida pela Turma de Formandos da Faculdade de Direito da UFAL

Organização: Comissão de Formatura da Turma de Direito de 1993

Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - Outubro de 1993;

7.6) XX Congresso Nacional do Conselho dos Serviços Jurídicos das instituições Federais de Ensino Brasileiro:

Tema: Antecipação de tutela

Salão de Convenções do Maceió Mar Hotel – 04 a 08 de novembro de 1996;

7.7) I Congresso Norte Nordeste de Direito Eleitoral Constituição e Processo

Salão de Convenção do Hotel Jatiúca – maio de 1996

Propaganda Eleitoral, Processo Eleitoral e Corregedoria Regional Eleitoral

Novembro de 1996;

7.8) II Semana de Direito Prof. Manoel Viana

Antecipação da Tutela

Auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFAL

Organização: Centro de Ciências Jurídicas – CJUR - UFAL

Novembro de 1996;

7.9) XX Congresso Nacional do Conselho dos Serviços Jurídicos das Instituições Federais de Ensino Brasileiras

Tema: Antecipação de tutela

Salão de Convenções do Maceió Mar Hotel – 4 a 8 de novembro de 1996;

7.10) Palestra proferida no Encontro do Processo Civil dos Estados de Pernambuco - Alagoas e Sergipe

Tema: Exceção de Pré-executividade

Hotel Jatiúca - Agosto de 1997;

7.11) Palestra proferida no I Congresso Alagoano de Estudos Constitucionais: Direito Uma Abordagem Constitucional

Tema: O Novo Mandado de Injunção

Auditório da Justiça Federal – 1º de Agosto de 1999;

7.12) I Encontro da Justiça do Trabalho para análise de Questões Atinentes aos Precatórios

Tema: O precatório Requisitório: necessidades de mudanças

Auditório do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Alagoas – Agosto de 2000;

7.13) Seminário da Região Nordeste de Direito Material e Processual do Trabalho

Tema: Regime dos Precatórios: extinção ou reforma?

Auditório da Prefeitura Municipal de União dos Palmares

União dos Palmares – Alagoas – 10.11.2000

Organização: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região;

7.14) Seminário Alagoano de Inovações Jurídicas

As novas técnicas de sumarizações das demandas

Promovido pela Comissão de Formatura do 5º ano-diurno do Curso de Direito da UFAL

Auditório do Hotel Meliá – Maceió - Alagoas - 08.10.1998;

7.15) III Congresso Brasileiro do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

Tema: O Sistema do Precatório Requisitório e a Efetividade do Processo

Centro de Convenções do Hotel Jatiúca – Maceió – Alagoas – 29 de março de 2001;

7.16) *Fórum de Debate “Eficácia da Jurisdição”*, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – CJF

Tema: Execução contra a Fazenda Pública: problema do precatório

Local: Auditório do Fórum da Seção Judiciária de Alagoas, Maceió, 30.10.01;

7.17) I Encontro de Juízes Federais da 5ª Região sobre os Juizados Especiais

Tema: Os Juizados Especiais Federais e as Estratégias de Efetivação da Jurisdição

Organização: Tribunal Regional da 5ª Região

Centro de Treinamento do TRF da 5ª Região, Recife-PE, em 03.12.2001;

7.18) Palestra proferida na cidade de João Pessoa - PB no auditório da Justiça Federal e no Fórum da Justiça Estadual

Tema: “Alterações Processuais: ondas reformistas do processo civil”

Período: fevereiro de 2008;

7.19) Palestra proferida na cidade de Natal - RN no auditório da Justiça Federal

Tema: “Alterações Processuais: ondas reformistas do processo civil”

Período: abril de 2008;

7.20) Palestra proferida no município de Sobral no Estado do Ceará

Seminário: “Os 20 anos da Constituição Federal de 1988 e os 3 anos da Justiça Federal em Sobral”

Tema: “Alterações Processuais: ondas reformistas do processo civil”

Período: outubro de 2008;

7.21) Palestra proferida no município de Juazeiro do Norte - CE na Universidade Regional do Cariri – URCA

Seminário: “Os direitos fundamentais nos 20 anos da Constituição Federal de 1988”

Tema: “Alterações Processuais: ondas reformistas do processo civil”

Período: outubro de 2008;

7.22) Palestra proferida na Escola da Magistratura Federal da 5ª Região – Esmafe5.

Curso: “Direito na Sociedade Informacional”

Tema: “As Modificações Introduzidas no Processo pelo Processo Civil Coletivo”

Data: 10 de junho de 2009;

7.23) Participação do “Curso Novo Código de Processo Civil: panorama e perspectiva” realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2010, no auditório da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal (ESMAF- 1ª Região), em Brasília – DF, na qualidade de cursista, perfazendo um total de 12 horas/aula;

7.24) Palestra proferida junto ao Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército.

2º Simpósio Matias de Albuquerque de Direito Militar

Tema: “O papel do Exército na implantação e manutenção da República”.

Data: 19 de março de 2013;

7.25) Palestra proferida no auditório do TST em seminário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos dias 15 e 16 de outubro de 2013, sobre "A administração da Justiça e a garantia de direitos: diálogos sobre a eficiência na gestão do Poder Judiciário: lançamento do Relatório Justiça em Números".

Painel 2: "Diálogos sobre a eficiência na gestão do Judiciário Federal".

Data: 15 de outubro de 2013.

8. *Elaboração de Regimentos, Regulamentos e Projetos:*

1978 Participou da elaboração do Regimento da ACADEPOL Regulamento Geral dos Cursos da ACADEPOL (Aprovado pelo Dec. 27/368, de 12/07/1980);

1982 Elaborou anteprojeto de lei definindo os requisitos para o concurso público aos cargos da Polícia Civil da Bahia.

9. *Trabalhos Publicados*

9.1. *Na Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia:*

Reflexões Sobre o Processo Legislativo e A Participação Popular
Volume 17, n° 1 e 2 — 1988, pág. 93-110;

O Estado de Direito e as Medidas Provisórias
Volume 20, n° 1 e 2 — 1991, pág. 191-202;

Lineamentos Jurídicos da Empresa e o Código do Consumidor
Volume 21, n° 1 e 2, pág. 205-220.

9.2. *Na Revista do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da UFAL:*

Tendências Evolutivas no Processo Civil
Volume I, n° 1 — Abril de 1991, pág. 06-15;

Privilégios Processuais da Fazenda Pública e o Princípio da Isonomia
Ano I, n° 01 — Junho de 1995, pág. 15-23.

9.3. *Na Revista do Tribunal de Justiça de Alagoas (Jurisprudência Alagoana):*

Uma Abordagem Hermenêutica Sobre o Chamado Direito Alternativo
7º volume — Dezembro de 1992, pág. 231-238;

A Questão da Decadência do Mandado de Segurança
9º volume — 1994, pág. 295-303;

A Nova Ação Monitória

Volume 11 — Dezembro de 1996, pág. 209/216.

9.4. Na Revista da Associação dos Juizes Federais (AJUFE):

Em Torno da Invalidez no Processo Eleitoral

Ano 6, n° 18 — Março/Abril/Maio de 1987, pág. 38/40;

Uma Abordagem Hermenêutica Sobre o Chamado Direito Alternativo

Março/Junho de 1992, n° 32, pág. 14/16;

O Direito Só Existe Enquanto For Exercido

N° 34 — Dezembro de 1992, pág. 33-35;

A Questão da Decadência do Mandado de Segurança

N° 43 — Outubro/Dezembro de 1994, pág. 46/52;

Necessidades de Novas Mudanças na Legislação Processual e no CPC

N° 52 — Novembro/Dezembro de 1996, pág. 16/19;

O Sistema dos Precatórios e a Efetividade do Processo

N° 66 – Janeiro/Março de 2001, pág. 161/182.

Breves Considerações sobre os mecanismos de participação popular, no Brasil: plebiscito, referendo e participação popular

Direito Federal – Ano 23 – N.º 89 (janeiro a junho de 2008), pág. 125/158;

Breves Considerações sobre o Direito Processual Constitucional

Ano 24, n.º 91 (1º semestre/2011), p. 129-174.

9.5. Na Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos da Instituição Toledo de Ensino – Bauru – São Paulo:

Jurisdição constitucional. Sistemas de controle da constitucionalidade e o modelo brasileiro

N° 30 – Dezembro de 2000 a Março de 2001, pág. 145/158.

9.6. Na Revista da Editora Revista dos Tribunais:

Reflexões sobre O Processo Legislativo e a Participação Popular

RT n° 628 — Fevereiro de 1988, pág. 54/62;

Os Poderes do Juiz no Processo Civil e a Reforma do Judiciário

RT n° 700 — Fevereiro de 1994, pág. 35/39;

A Questão da Decadência do Mandado de Segurança

RT n° 703 — maio de 1994, pág. 23-29;

A Execução Específica e os Interesses Metaindividuais

RT nº 712 - Fevereiro de 1995, pág. 25/32;

Breves Considerações sobre a Constitucionalidade da Lei de Arbitragem

RT nº 743 – Setembro de 1997;

Mandado de Injunção

RT vol. 788 – Junho de 2001, pág. 727/746.

9.7. Na Revista de Processo da Editora Revista dos Tribunais:

Tendências Evolutivas no Processo Civil

Revista de processo nº 64, pág. 92/98.

9.8. Na Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do rio Grande do Norte (CEFRN):

As Recentes Mudanças do CPC e a Instrumentalidade do Processo

Revista nº 03 — Julho/Dezembro de 1995, pág. 111/131.

9.9. Na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal:

A Reforma Agrária e a usucapião Pro Labore

Julho/Setembro de 1966 — Ano 33, nº 131, pág. 255/260.

9.10. No jornal “O Repórter”:

A Reforma Agrária e a Usucapião Pro-labore

Periódico semanal, ano II, nº 62 — 05 a 11/outubro de 1996.

9.11 Revista Jurisprudência - Cível e Comércio:

Em torno da invalidade do processo eleitoral

Nº 119, pág.19/22.

9.12. Na Revista Dialética de Direito Tributário:

Exceção de pré-executividade: aspectos teóricos e práticos

Nº 24, Setembro de 1997, pág. 21/29.

9.13. Na Revista do Ministério Público de Alagoas:

Jurisdição constitucional: Ação e Processo de Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Nº 03, Jan/Jun 2000, pág. 39/66.

9.14. Na Revista Direitos & Deveres do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Alagoas – CJUR/UFAL:

Jurisdição constitucional: Ação e Processo de Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Nº 06, Jan./Dez 2000, pág.110/136.

9.15. Na Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (Revista da ESMAL):

O Subsistema do Juizado Especial

Ano 1, nº 01 – Julho/Dezembro de 2002, pág. 115-127.

9.16. Na Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

O Subsistema do Juizado Especial

Nº 53, julho-setembro/2003;

Réquiem para o Processo de Execução

Nº 65, julho-setembro/2006;

Novos Questionamentos Surgidos A partir das Reformas da Disciplina do Precatório

Nº 68, abril-junho/2007.

9.17. Na Revista Síntese de Direito Processual Civil:

Considerações Sobre a Desconstituição e a Relativização da Coisa Julgada

Nº 28, V.5, março-abril/2004.

9.18. Na Revista da ESMAFE (Tribunal Regional Federal da 5ª Região):

Tribunal Constitucional do Brasil: Novo Paradigma do Poder Moderador.

Nº 7, agosto/2004;

Efeitos da Inconstitucionalidade da Lei (A questão da repristinação da lei que revogou disciplina legal anterior e que ela própria foi afastada por inconstitucional)

Nº 08, dezembro/2004;

A Reforma das Leis Processuais

Nº 10, dezembro/2006.

9.19. Na Revista do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL):

Breves Considerações sobre os Mecanismos de Participação Popular no Brasil

V. 02, n.1, jan./jul./2008, p. 15-67.

9.20. Na Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais:

Breves Considerações sobre o Direito Processual Constitucional

Nº. 10, ano X, novembro de 2009, p. 133-185;

O Supremo Tribunal Federal Brasileiro: entre o Poder Moderador e o Reformador

N.º 15, ano 13, maio de 2014, p. 147-187.

9.21. Na Revista Jurídica Direito Público & Integração da Seção Judiciária de Sergipe:

Breves Considerações sobre o Direito Processual Constitucional

Ano I, – n.º 2, 2º Semestre de 2009, p. 109/162.

9.22. Na Revista Centro de Estudos Jurídicos (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF):

Breves Considerações sobre Plebiscito, Referendo e Participação Popular no Brasil

Ano XIII, n.º 47, out./dez. 2009, p. 51-65;

A Questão do Prazo Razoável da Duração do Processo

Ano XIV, n.º 48, jan./mar. 2010, p. 4-13;

Breves Considerações sobre o Direito Processual Constitucional

Ano XIV, n.º 51, out./dez. 2010, p. 14-32.

9.23. Na Revista Letras Jurídicas da Associação Alagoana de Magistrados - (Almagis):

Breves Considerações sobre a Jurisdição e a Constituição

Ano 51, n.º 02, jan./jul. 2013, p. 40-49.

9.24. Na Revista Forense:

O Supremo Tribunal Federal Brasileiro: entre o Poder Moderador e o Reformador.

Vol. 418, ano 109, jul./dez. 2013, p. 77-108.

10. Livros Publicados:

10.1 - *Jurisdição, Ação (Defesa) e Processo.*

Editora Dialética, São Paulo, 1997. Esgotado;

10.2 - *Manual Jurídico da Empresa*

Editora Brasília Jurídica, Brasília, 1998. Esgotado;

10.3 - *Execuções contra a Fazenda Pública (Regime do Precatório)*

Editora Brasília Jurídica, Brasília, 1999;

10.4 - *Jurisdição, ação (Defesa) e Processo, vol II - Procedimento Ordinário e Procedimentos Especiais dos Processos de conhecimento, Execução e Cautelar – 2004;*

10.5 - *Teoria Geral do Processo (Jurisdição, Ação, Defesa e Processo)*

2ª Ed. – Editora Método, São Paulo, 2007;

10.6 - Execução contra a Fazenda Pública (Regime do Precatório)

2ª Ed. – Editora Método, São Paulo, 2010.

11. Participação em livros publicados:

11.1 - Lançamento Tributário e Decadência, na obra coletiva do mesmo nome *Lançamento Tributário e Decadência*, co-edição da Ed. Dialética e o Instituto Cearense de Estudos Tributários, São Paulo e Fortaleza – 2002;

11.2 - Naturalização e Opção de naturalidade, na obra coletiva *Procedimentos Especiais Cíveis – Legislação Extravagante*;

11.3 – A evolução da ação como um direito fundamental, a disciplina do projeto no CPC, a visão de José Joaquim Calmon de Passos e revolução na temática: a visão social do direito de ação, na obra coletiva “*O Projeto do Novo Código de Processo Civil - Estudos em homenagem ao Professor Calmon de Passos*”, coordenada por Fredie Didier Jr. e Antonio Adonias Aguiar Bastos, Ed. Juspodivm, p. 267-298, 2012.

12. Competência Lingüística

Lê: Espanhol, Francês, Italiano e Inglês;

Fala: Inglês e Espanhol;

Escreve: Inglês e Espanhol.

Certifico que todas as informações aqui registradas são verdadeiras e completas.

Este *Curriculum Vitae* compreende 14 (quatorze) laudas.

Recife, 10 de junho de 2014.

Francisco Wildo Lacerda Dantas